

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no Edifício Municipal Multiusos (Estrada Nacional 245), reuniu a Assembleia Municipal do Crato, em **sessão pública extraordinária**, sob a presidência da sua excelentíssima Presidente, **Sandra Maria Sias Cardoso**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Apresentação da Marca Crato – Crato Por Tudo;**
2. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 97/2018, 27 novembro - Praias;**
3. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 98/2018, 27 novembro - Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar;**
4. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 99/2018, 28 novembro - Turismo;**
5. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 100/2018, 28 novembro - Transportes Rodoviários – Vias de Comunicação;**
6. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 101/2018, 29 novembro – Justiça;**
7. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 102/2018, 29 novembro - Investimentos europeus e Captação de Investimento;**
8. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 103/2018, 29 novembro - Proteção Civil;**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

9. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato e Freguesias, no âmbito do Decreto – Lei 104/2018, 28 novembro - Lojas do Cidadão e Espaços dos Cidadãos;**
10. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 105/2018, 29 novembro - Habitação;**
11. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 106/2018, 29 novembro - Património Imobiliário Público Sem Utilização;**
12. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 107/2018, 29 novembro - Estacionamento Público;**
13. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão ao Orçamento de 2019;**
14. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão as Grandes Opções do Plano de 2019.**

Presenças:

Membros da Assembleia Municipal:

Registou-se a presença de Sandra Maria Sias Cardoso, José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, João da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, José Filipe da Conceição Carrilho, Francisco João Belo Farinha, António Manuel Iria Matias, Miguel Romão Caldeira Batista, Eduarda Maria Subtil Pires, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho e José Camilo do Rosário Videira.

No que respeita aos **Presidentes das Juntas de Freguesia**, registaram-se as seguintes presenças:

Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, **Sérgio João Farinha Calado**; Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, **Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces**;

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, **José Manuel Abreu Garcia** e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, **Rui Miguel Subtil Pires**.

No que respeita aos membros do **Executivo Municipal**, registou-se a presença do senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo** e dos senhores Vereadores **João Manuel Ferreira Farinha** e **Marco Fernando Duque de Mendonça**.

Os senhores Vereadores **Maria Gabriela Pereira Menino Tsukamoto** e **Ângelo Miguel Guerra Pires Fernandes**, não estiveram presentes.

Registou-se a presença de público.

Verificado o quórum necessário a senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso** deu início aos trabalhos.

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso** começou por informar que a Sessão Extraordinária apenas contemplava dois períodos, sendo eles, o Período da “Ordem do Dia” e o Período da “Intervenção do Público”. Esclareceu que dado o elevado número de pontos da Ordem de Trabalhos, apelava à objetividade e capacidade de síntese, não podendo deixar de expressar respeito pelas diferentes opiniões que os diferentes grupos municipais pudessem ter, como era próprio da democracia.

Salientou desejar fazer um breve enquadramento relativamente à convocação desta Sessão Extraordinária, mas registando-se a presença da empresa que iria fazer a apresentação da Marca Crato – Crato Por Tudo, não pretendia alongar-se muito. Afirmou ter sido entendimento do Órgão Deliberativo e do Órgão Executivo, que antes do lançamento e da apresentação desta marca, ser importante para os eleitos dos diferentes Órgãos, terem conhecimento daquilo em que consistia e terem acesso a uma breve apresentação da marca.



PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

1. Apresentação da Marca Crato – Crato Por Tudo

Os técnicos da empresa, responsáveis pela elaboração do projeto da Marca Crato – Crato Por Tudo, fizeram uma apresentação do trabalho efetuado, com o intuito de explicarem aos presentes a importância da marca em causa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Apresentação da Marca Crato – Crato Por Tudo**.

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso** começou por agradecer a apresentação clara e elucidativa do projeto que se pretendia. Informou já ter tido a oportunidade de assistir à apresentação deste projeto que se baseava num conceito que conseguia aliar a tradição, através de um símbolo histórico, com inovação e modernidade, deixando-a bastante agradada. Expressou que todo o projeto tinha uma apresentação muito *clean* e muito atualizada.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, sublinhando a apresentação altamente profissional e muito bem concebida, congratulando a empresa e a Câmara por terem chegado ao ponto de usufruírem de material concreto com o qual podiam trabalhar e que tinha qualidade. Concluiu ter ficado satisfeito e agradado.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, dizendo que fazia suas as palavras do eleito José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD. Acrescentou que aquilo que esta apresentação trazia, demonstrava só ser possível fazer o desenvolvimento destas questões, pensando o Crato. Afirmou ser essa a base em como tinham de pensar o Crato, na maneira como crescia em relação às pessoas, visto estarmos reduzidos a 3131 pessoas.

Sublinhou que, este trabalho era uma base que dava para evoluir, para unificar a imagem, porque esta não se devia dispersar e devia ter um fio condutor. Completou frisando o agrado que sentia em relação ao início deste trabalho, que era um pontapé de saída e que devia ser estimulante para se pensar no Crato em todas as suas vertentes. Afirmou que podiam fazer um grande esforço sobre tudo isto, dizendo no livro que tínhamos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

uma boa gastronomia, mas se não tivéssemos um bom restaurante, ninguém comia o livro. Completou garantindo que o desafio era envolver um conjunto de agentes e que não era apenas a Câmara Municipal.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, manifestando o apreço pelo trabalho que ali tinha sido apresentado, achando ser um excelente ponto de partida para a divulgação de uma marca que era o nosso Município e as nossas terras. Continuou referindo que lhe agradava ver este tipo de trabalho, porque se atualizavam com os desafios da modernidade que lhes eram colocados. Manifestou o seu apreço pelo trabalho apresentado porque este primava pela modernidade e pelo profissionalismo. Completou que neste momento competia a cada um de nós saber produzir todos os nossos produtos e as nossas marcas, tendo em vista o acompanhamento da qualidade da imagem que ali lhes tinha sido apresentada.

Tomou a palavra o eleito **Francisco Sampaio Soares, do PSD**, pedindo desculpa pelo seu ligeiro atraso. Começou por referir que concordava com aquilo que tinham dito sobre o trabalho apresentado e apesar de não ser especialista na matéria, agradava-lhe a imagem e as soluções que a mesma permitia. Disse pensar que a mesma seria uma boa base de trabalho e que poderia evoluir.

Afirmou que tal como o eleito Carmosino tinha exposto, também ele pensava ser absolutamente indispensável que houvesse alguma coisa para promover sendo aí, que se tinha de aplicar a vontade e o esforço de todos. Acrescentou que ter uma marca, que pouco ou nada tinha para vender, pouco adiantava, pensando que o responsável da empresa seria o primeiro a concordar com este facto. Completou que não seria a marca apenas por si própria, que podia contribuir para o desenvolvimento da nossa terra.

Concluiu desejando que, isto fosse um passo nesse sentido, mas insistia terem de dar especial atenção às atividades produtivas do Município, como o turismo, a agricultura, a pecuária, a indústria, e isso era preciso acarinhá-las com a maior vontade, para que a marca pudesse ajudar a desenvolver e a promover essas atividades.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, sugerindo ser importante ver tudo isto para ser comunicado em inglês, francês, espanhol e alemão porque isso tinha de ser pensado já.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino, da CDU**, revelando existirem questões que não estavam na mão nem dos técnicos, nem da marca. Deu o exemplo das vias de comunicação, com o comboio que não se tem e com a ligação por autoestrada que também não se tem. Apesar desta realidade disse pensar que o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Crato, tinha uma mais-valia diferente dos outros Municípios, estando-se a referir à arqueologia industrial, visto o Crato ter sido mais industrial do que a própria cidade de Portalegre.

Frisou ser importante perceber de que modo podiam expor este património, para que este produto pudesse ser atrativo. Afirmou que no seu entender, quando se tinha um produto, antes de promovê-lo, deviam estruturá-lo porque, se assim não fosse era apenas mais uma coisa.

Lembrou que também existiam questões multidisciplinares e, que, mesmo com as traduções para as diferentes línguas tal como o eleito José Manuel Nunes Salvador Tribolet tinha sugerido, apareciam outras questões subjacentes a isto. Afirmou ser necessário trabalhar de forma a mudar mentalidades na classe empresarial, porque era preciso atualização, formação e investimento.

Completou dizendo que, tal como já o tinha afirmado, este trabalho era um pontapé de saída, um grande contributo e um suporte para se pensar no Crato em relação aos objetivos que se pretendiam.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, cumprimentando todos os presentes e começando por explicar que esta ideia de constituir uma nova identidade gráfica, assim como a marca Crato, tinha sido desenvolvida em parceria com a empresa que tinha feito a apresentação do produto. Disse que pretendia ser um ponto de partida para o que era necessário fazer.

Sublinhou que muitas pessoas diziam, e bem, ser necessário fazer alguma coisa para se mudar, mas com algum sentido do que devia ser feito, com exigência, para que depois se pudesse verter naquela imagem tudo o que se tinha delineado como correto.

Acrescentou que seria agradável, que muitas daquelas ideias ali surgidas, e que eram necessárias trabalhar, pudessem ser fundamentadas para que se pudessem implementar.

Sublinhou ser muito fácil dizer que havia falta de investimento, falta de desenvolvimento, falta de pessoas, mas também havia muita falta de ideias para se dar a volta a estas questões. Completou esclarecendo ser importante que essas ideias chegassem ao Presidente da Câmara, quer na forma de recomendação, de sugestão ou até de uma simples conversa que o mesmo pudesse aproveitar, materializando essas ideias e colocando o Concelho do Crato numa dinâmica diferente.

Garantiu ser isto que se pretendia, uma dinâmica diferente, uma capacidade de expor lá fora aquilo que todos afirmávamos ter de tão bom, sendo necessário também estimular novos e jovens empresários, pessoas da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

nossa terra, que tivessem a capacidade de agarrar algumas oportunidades acrescentando valor. Explicou terem tentado fazer algum trabalho com algumas empresas e tinham constatado que dentro do nosso Concelho não havia muita gente com a capacidade de inovar, com capacidade de se ultrapassar e criar novos projetos.

Informou haverem tantos apoios, fossem eles através do Portugal 2020 ou outros lançados pelo Governo e, que, facilitavam o investimento privado, informando que mais de metade do valor da reprogramação do Portugal 2020, em termos de investimento, era para os privados, e que caso estvéssemos atentos, veríamos que em cerca de dois mil e quinhentos milhões de euros, que eram injetados, mil e trezentos milhões eram para os privados. Concluiu que, aquilo que era necessário era a existência desse tipo de empresários e desse tipo de pessoas, com capacidade de investir, dando o passo, ser audacioso, conseguindo criar um negócio, uma empresa.

Em seguida, interveio o técnico da empresa, Dr. Paulo Monteiro, que começou por dizer que a matéria-prima é muito boa, é excelente. Deve-se procurar novos canais de divulgação como os bloggers, os youtubers. O turismo de interior está a crescer, temos paz, sossego, não é preciso andar a inventar nada, a matéria é excelente e a estruturação faz-se caminhando.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, afirmou que, na sua opinião, este conceito estava vertido nesta marca e que a empresa que realizou o trabalho tinha conseguido agarrar com muita criatividade aquilo que lhes tinha transmitido, passando uma imagem muito limpa, muito direta, muito boa de trabalhar, dando para fazer muita coisa tal como ali já tinha sido demonstrado. Salientou que o desafio estava colocado a partir daquele pequeno exemplo de produtos que podiam aliar a uma marca como o Crato, frisando que se o iam lançar através de uma plataforma digital, criando parcerias com empresas ou, se a Câmara ia ser impulsionadora de dois ou três projetos, era algo que pretendiam verter numa candidatura na área do Turismo ou através de outras oportunidades que pudessem surgir.

Deu também o exemplo das parcerias diretas com empresas, tal como já tinha referido, conseguindo deste modo ter potencial, para no exterior, poderem implementar e mostrar a marca Crato com uma substância diferente. Explicou que quando se referia a mostrar no exterior, não estava a falar para o próximo verão, afirmou que o mercado turístico na presente data já estava a vender 2021 e, portanto, não valia a pena brincar ao turismo.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Argumentou que aquilo que pretendiam fazer, com os pés assentes, de forma consciente em relação ao turismo e ao nosso património, tinha muita coisa para trabalhar. Recordou que já muito tinha sido feito, algumas coisas bem, outras mal, muitas experiências também já tinham sido realizadas, mas o importante era aprender com tudo isso e fazê-lo de uma forma mais consistente.

Esclareceu que, tinham de ter consciência da necessidade de estimular o aparecimento de mais restauração, mas restauração de qualidade, com formação e pessoas capazes. Que também o alojamento fosse mais, para poder dar resposta, mas nunca perdendo a noção daquilo que nos rodeava. Afirmou que deste modo se podia fazer uma rede, trabalhando em conjunto com Alter do Chão, Nisa, Portalegre, Gavião, Castelo de Vide, Marvão, para que, de forma consistente, todos pudessem usufruir do melhor que cada um tinha, podendo-se levar para o estrangeiro.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, chamou a atenção para o facto de muito se falar neste trabalho em rede, mas que, na sua opinião, se operacionalizava muito pouco. Disse que aquilo que se devia fazer era trabalhar em conjunto, para fazerem coisas concretas, com objetivos concretos e não, lançar uma ideia para o ar, que ninguém conseguia fundamentar e colocar lá fora.

Considerou que o desafio seria daqui para a frente, que o mais fácil estava feito e, por isso, em vez de se estar a perder tempo, caso surgisse uma ideia, que a transmitissem ao Presidente da Câmara de forma a poder ser aproveitada e colocada em prática.

Garantiu ser isto o que pedia, com humildade e frontalidade, sem que notassem nisto qualquer tipo de resposta a qualquer outra coisa, pois era o que sentia. Partilhou ter lido um artigo que dizia que muitos Municípios estavam em causa e, na sua opinião, caso se dividissem, com o número de pessoas que o eleito Fernando Carmosino tinha indicado, com as dificuldades que cada território tinha, podiam realmente concluir que haviam muitos Municípios em perigo, e que nós estaríamos nessa lista com toda a certeza.

A senhora **Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso** agradeceu mais uma vez ao técnico da empresa pela apresentação feita e agradeceu também à Câmara, o facto de ter possibilitado aos eleitos da Assembleia Municipal, o conhecimento atempado deste projeto, ainda antes do seu lançamento.

Informou que gostaria de fazer algumas considerações sobre o espaço onde estavam a realizar a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, esclarecendo que na última Sessão da Assembleia Municipal, tinha



sentido da parte dos representantes dos grupos municipais, que o Salão Nobre não era viável, e que não era o espaço mais adequado para trabalharem. Por este motivo, surgiu a necessidade de dotarem o espaço onde se encontravam, com as devidas condições para que pudessem desenvolver o trabalho que tinham para realizar, de uma forma muito mais adequada. Completou afirmando desejar que o espaço em apreço fosse ao encontro das necessidades e das expectativas dos eleitos.

Sobre a Ordem de Trabalho, elucidou que onze dos catorze pontos da mesma, diziam respeito à Transferência de Competências da Administração Central para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais. Disse achar importante fazer-se um breve enquadramento, sobre a evolução deste processo complexo e estrutural que era o processo da Transferência de Competências, referindo que a Lei Quadro, a Lei 50/2018, definia a Transferência das Competências e estipulava que essa transferência, a forma de afetação dos recursos, a natureza da transferência, fosse concretizada através de diplomas sectoriais.

Expôs que, em caso de não aceitação, os diplomas sectoriais estipulavam que devia ser efetuada uma comunicação à DGAL, nos sessenta dias após os cinco dias da publicação dos diferentes diplomas sectoriais. Afirmou que até dia 29 de janeiro tinham sido publicados onze diplomas e que sete consideravam apenas as Transferências de Competências para os Órgãos Municipais. Explicou só existir necessidade de a Assembleia Municipal deliberar no caso de a Câmara Municipal não aceitar a Transferência das Competências, ou seja, se o sentido da deliberação fosse de não aceitação.

Esclareceu que neste caso, a Câmara Municipal, tinha deliberado aceitar essas sete Competências, não existindo necessidade de a Assembleia Municipal proceder a votação e deliberar sobre esse processo de Transferência. Completou afirmando ser este o motivo de, na Ordem de Trabalhos, relativamente a estes diplomas apenas estar contemplada a apreciação dos mesmos e não a votação.

Sobre a Transferência de Competências da Assembleia Municipal para as Entidades Intermunicipais, os quatro diplomas sectoriais estipulavam que as competências eram transferidas mediante acordo prévio de todos os Municípios que constituíam a Entidade Intermunicipal e, que, neste caso concreto, era a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Sublinhou que esse acordo prévio resultava da deliberação por unanimidade de todas as Assembleias Municipais que compunham a Comunidade Intermunicipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Sobre esta matéria garantiu não existir a necessidade do cumprimento do prazo dos sessenta dias úteis, significando isto não existir qualquer obrigatoriedade legal, de convocar esta Assembleia Extraordinária. Elucidou ter sido seu entendimento, bem como do senhor Presidente da Câmara, convocar a Assembleia Extraordinária por já terem assumido o compromisso, numa reunião anterior, de promover uma reflexão aprofundada sobre esta matéria. Afirmou achar ser fundamental principalmente nestes processos complexos, devendo-se evocar os princípios de seriedade, de transparência, de respeito pelos eleitos, pelos Órgãos e evocar acima de tudo o espírito democrático na discussão e no aprofundamento destas matérias.

Disse ainda que, no presente dia tinha recebido um email da Comunidade Intermunicipal a solicitar a deliberação dos quatro diplomas. Explicou que este não era o caso da Assembleia Municipal do Crato, uma vez que tinham agendado esta Sessão Extraordinária, considerando incluir já esses quatro diplomas que tinham sido publicados e, cuja Transferência de Competências era para a Entidade Intermunicipal.

Lembrou que o Conselho Intermunicipal tinha reunido no dia 25 e, a decisão do mesmo, tinha sido no sentido da aceitação. Completou informando que neste momento a Assembleia Municipal, iria obviamente deliberar no sentido do acordo prévio e, caso fosse aprovado, promover uma delegação de competências destas matérias na Comunidade Intermunicipal.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, sublinhou que, relativamente aos sete diplomas que apenas seriam objeto de apreciação, gostaria de apresentar a proposta de que os mesmos pudessem ser discutidos em bloco, uma vez que apenas eram objeto de apreciação. Colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por unanimidade, passando-se desse modo à discussão do ponto nº2, 3, 5,9, 10,11 e 12.

Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, agradecendo o enquadramento e clarificação do que ali estavam a fazer no presente dia. Salientou que, tal como já tinham discutido anteriormente, se as condições em que toda esta descentralização estava a acontecer fossem as adequadas e, se a mesma fosse devidamente assumida e com os meios próprios, então algo muito positivo estava a acontecer no país.

Continuou dizendo que, para isto ser operacionalizado, implicava fundamentalmente duas questões, a primeira era a questão financeira e sobre esta, não desejava falar muito, porque não tinham capacidade de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

se pronunciar sobre isso; a outra, era os meios humanos. Sobre esta última, disse que a mesma implicava que a Câmara tivesse à disposição, recursos humanos devidamente qualificados e formados com as competências, para poderem exercer estas responsabilidades. Perguntou à Câmara se esta sentia, ter neste momento no seu quadro de pessoal, em termos quantitativos e qualitativos, as competências para exercer estes sete diplomas que já tinham sido objeto de votação positiva na Câmara. No caso de a resposta ser negativa questionava de que forma pensava vir a resolver o problema.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, dizendo que a pergunta era oportuna e, que, relativamente aos diplomas que se encontravam em cima da mesa, aquilo que contemplavam, visto de forma muito operacional, era alguma atualização nas tabelas de taxas e licenças assim como em alguns regulamentos.

Considera que, na generalidade, a Câmara Municipal dispõe de recursos que davam resposta ao que era proposto e que em certas situações, tal como era hábito, nas competências que já tinham, podiam ter de recorrer a trabalho específico. Explicou que esse trabalho específico não tinha de ser parte dos quadros do Município e podia ser contratado para o efeito, uma vez que era uma necessidade momentânea, não havendo depois necessidade de se manter.

De forma figurada concluiu que era como um “fato à medida” e, que, decidiu “vestir o fato” da descentralização. Lembrou que se teria de ultrapassar o ponto de se pedir que colocassem competências nos Municípios, para que estes se aproximassem da população, mas criando resistência à colocação das mesmas sempre que isso acontecia.

Completo existirem análises diversas sobre a forma de como as competências eram colocadas, mas, que, apesar disso, não ia discutir, achando que se criava entraves à sua colocação.

Sublinhou a existência de um ponto importantíssimo que era o facto de a receção das competências colocadas nos Municípios, poderem ser eventualmente adiadas, mas não esquecendo que em 2021 teria de as assumir. Lembrou que o compromisso existente, era que houvesse capacidade de trabalho durante estes dois anos, por forma a melhorar substancialmente aquilo que lhes era colocado agora.

Disse que muitos poderiam considerar que nos estávamos a sujeitar a cobaia ou experiência, mas relativamente à da Educação, podia afirmar que daquilo que lhes tinha sido colocado no início, havia uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

evolução muito interessante. Explicou existir um acompanhamento sobre esta colocação da competência da Educação no Município e, que a mesma, foi sendo melhorada no tempo. Elucidou entenderem que comparando a nossa Escola com outras, verifica-se que a Escola do Crato, tinha uma resposta em diversas matérias, substancialmente superior a outras. Deste modo, tal como tinha dito o senhor Vereador Marco Mendonça, criava-se aqui a diferença e muito bem, daqueles Municípios que não tinham assumido a Transferência de Competências na área da Educação.

Afirmou “vestir esta camisola”, afirmou existirem dúvidas em determinadas matérias, mas acredita existir espaço para muitas delas poderem ser melhoradas e trabalhadas em conjunto.

Sobre os recursos humanos disse não ser substancial aquilo que era pedido para estes diplomas em concreto, havendo algum trabalho específico para fazer, mas que era uma tarefa determinada no tempo de atualização e que já existia.

Lembrou existirem debilidades na tabela de taxas e licenças e deu o exemplo dos edifícios. Explicou que não estava quantificado o valor de aluguer de um edifício, como o auditório, o pavilhão, o estádio municipal, quando estes equipamentos municipais eram solicitados para um evento ou para qualquer outro tipo de atividade. Concluiu que não conseguiam colocar o valor de custo de uma hora de aluguer ou de cedência desses espaços, mas que para além desta situação identificada, existiam outras de regulamentos dos anos 90, que necessitavam ser atualizados. Disse ser uma tarefa definida, e que podia ser aproveitada para adequar todos estes diplomas, até o trabalho que era necessário fazer, estar concluído.

A senhora Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, sublinhou o facto desta reforma ser gradual, havendo um regime próprio para 2019/2020 em que, os Municípios e as Entidades Intermunicipais, teriam a possibilidade de aceitar ou não, a Transferência de Competências. Completou que de qualquer forma o processo seria consolidado em 2021, passando a ser obrigatória a Transferência de Competências. Acrescentou que no dia 30 de janeiro tinham sido publicados mais quatro diplomas sectoriais, em que o Decreto Lei 20/2019 dizia respeito à Transferência de Competências no domínio da Proteção e Saúde Animal e de Segurança de Alimentos, o Decreto Lei 21/2019 concretizava a Transferência no domínio da Educação para os Órgãos Municipais e para as Entidades Intermunicipais, o Decreto Lei 22/2019 concretizava a Competência no domínio da Cultura e o Decreto Lei 23/2019 concretizava a Transferência no domínio da Saúde para os Órgãos Municipais e as Entidades Intermunicipais.



Tomou a palavra o eleito **José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD**, frisando que o senhor Presidente da Câmara teria a oportunidade de responder mais objetivamente à sua questão de fundo, mas afirmava que obviamente não estava a por em causa a aceitação das responsabilidades.

Disse que, do ponto de vista operacional, estava a tentar compreender, e apesar de verificar a existência de questões muito simples, outras, davam-lhe a entender que envolviam diferentes tipos de meios, como era o caso das lojas do cidadão. Afirmou que não sabia quantificar e que não estava a dizer que fosse um grande problema, mas no fundo, à medida que recebiam estas competências estavam a abrir linhas de negócio novas na Câmara, com objetivos e que implicavam o uso de meios.

Lembrou que, quando tivessem de discutir e apreciar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, seria bom terem utilizado a abertura destas linhas de negócio nestes próximos dois anos até à consolidação da Transferência de Competências. Declarou que com a capacidade e esforço que o senhor Presidente da Câmara fazia com o Staff do Município para terem uma contabilidade analítica apurada, com o grau de afetação e objetividade que não havia antes, teriam dados objetivos sobre o que envolvia e o que custava ter meios adequados para prestar o serviço adequado a estas responsabilidades.

Acrescentou que isto implicava haver uma contabilidade e um planeamento por linha de negócio, que alguns seriam triviais de se fazer, mas outros com certeza que não. Deste modo perguntou qual era a visão do senhor Presidente da Câmara, dentro da operacionalidade do Município, de irem “coleccionando” dados objetivos e começando a ter indicadores sobre estas linhas de negócio. Expôs ser importante sabermos se estamos a fazer bem ou se podemos reclamar, pedindo mais meios, mais formação, mais pessoas, etc. Afirmou ser muito importante termos dados objetivos da nossa experiência, deste período até à consolidação final, porque desse modo teríamos um “business case” sério para apresentar.

Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, dizendo concordar, em parte, que era essa a oportunidade que lhes estava a ser dada, mas seria mais concreto, e passaria a analisar rapidamente cada um dos diplomas.

Começou pela competência “Praias” dizendo que esta era uma situação que a nós não nos era colocada, de uma atualização de tabelas e taxas e de algum regulamento próprio. Explicou que posteriormente, se viesse a ter uma situação destas, teria a fiscalização e a limpeza. Completou reafirmando que neste momento não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

se colocava, aquilo que se colocava era a oportunidade de passarem para nós o licenciamento da zona do areal.

Sobre a competência de “Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar” explicou que era a mesma situação, regulamento, tabela de taxas e licenças e fiscalização.

Relativamente ao “Turismo” explicou também não se colocar por ser uma competência de planificação.

Sobre as “Vias de Comunicação” afirmou que era também uma situação de fiscalização e uma oportunidade de eventual receita, com situações de direitos de passagem e publicidade.

Em relação à “Justiça” esclareceu que a situação era idêntica à anterior, com uma série de serviços, mas onde a nossa Câmara, por ter um Protocolo com a APAV respondia a 50% deste diploma e muitos deles tinham de ser tratados em conjunto com todos os Municípios, para poderem ser incrementados.

Declarou que os Fundos Comunitários incluíam a planificação assim como os Bombeiros, apesar de neste último caso considerar, na sua modesta opinião, que a clarificação em termos financeiros também competia aos Municípios.

Sobre os “Espaços de Cidadão” disse que, aquilo que era proposto era uma situação diferente daquela que as pessoas entendiam como os Espaços do Cidadão. O que se propunha nesta situação era uma série de serviços de proximidade do Estado junto das populações e não trabalho especializado. Informou que a primeira pergunta dos Presidentes de Câmara sobre este diploma, tinha sido se as repartições de finanças, conservatórias, cartórios e correios, fechavam por causa destas Lojas de Cidadão. Afirmou que não era isso que estava proposto no presente diploma. Declarou pretenderem ter a capacidade de negociar com a AMA (O que é??) a colocação de espaços em localidades ou em freguesias, visto termos uma União de Freguesias, que permitisse ter uma rede de contacto com a população. Completou esclarecendo que basicamente era aproveitar o recurso que tinham numa Junta de Freguesia, colocar um espaço uniformizado, que eventualmente teria um custo, mas que poderia ser aquele que desejavam candidatar como o Balcão Único.

Referiu achar que já todas as Juntas de Freguesia tinham sido contempladas com um programa informático e, que, bastava chegar a um acordo equilibrado com as respetivas Juntas para se criar este tipo de espaço, desde que se chegasse a acordo com a AMA.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Passou à “Habitação”, dizendo não se colocar no caso do Município do Crato, havendo sim abertura para o dia em que eventualmente chegassem a acordo.

No “Património” destacou a possibilidade de facilitar o acesso a alguns prédios que eram da posse do Estado e podiam ter interesse para o Município. Destacou neste diploma, a obrigatoriedade de o Município apresentar um plano para a viabilização desta transferência. Elucidou que teriam de colocar em números, o motivo da utilização do edifício e o tempo necessário para que o investimento feito tivesse retorno.

Completo que, em seguida o Estado receberia 10% do valor do retorno. Aclarou que o Município do Crato não possui muito património nesta situação, mas existem Municípios à espera desta oportunidade há imenso tempo.

A competência do “Estacionamento” vinha trazer alguma receita assim como competências, no que eram as contraordenações diretas. Afirmou não terem números desta realidade porque não sabiam quantas multas de estacionamento eram feitas no Concelho do Crato, e quantas resultavam em contraordenações.

Explicou que, caso julgassem fazer sentido realizar um acordo entre todos os Municípios na CIMAA, para que esta pudesse tratar os autos de contraordenação, podia ser uma possibilidade que já tinha sido falada muito genericamente. Disse que muitos serviços serem incorporados naquilo que eram as nossas taxas e licenças, havendo algum trabalho especializado e alguma receita que podia entrar.

Afirmou estar a tratar o assunto de uma forma muito genérica e muito leve. Lembrou que na reunião de Câmara alguém dizia estarem atrasados em relação a esta situação e, que, já deviam ter solicitado estas competências. Esclareceu ser uma opinião que via como positiva, e agora que tinham as referidas competências em cima da mesa, deviam assumi-las, apesar de haver quem dissesse que as mesmas não tinham a amplitude suficiente e, que, continuariam a consultar organismos para resolverem os assuntos.

Expôs que apesar disto, existiam muitas coisas que já podiam executar e já tinham forma de o poder operacionalizar. Recordou terem dois anos para aproveitar esta folga que lhes estava a ser dada, podendo discutir os diplomas seguintes que eram mais exigentes a nível financeiro e para os quais tinham de olhar de forma diferente.

O senhor Presidente da Câmara, **Joaquim Bernardo dos Santos Diogo**, afirmou que este olhar diferente não significava não os querer aceitar, mas sim perceberem se os podiam aceitar de imediato ou não. Sublinhou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

que caso tivessem uma oportunidade para os aceitar e visto há tantos anos os pedirem para os Municípios, deviam ter a capacidade de dizer que os queriam, que não tinham medo de os trabalhar e que tinham vontade de os assumir e levar isto por diante.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, chamando a atenção para o facto de estarem a discutir este assunto apenas por ter havido um acordo do PSD com o Governo e de forma indireta, estarem criadas as condições para passar qualquer matéria que fosse à Assembleia da República.

Afirmou desejar deixar claro que não eram contra a descentralização, eram sim contra o tipo e a forma como a mesma estava a ser feita. Garantiu que ao contrário de muitos que afirmavam com alguma relutância ser contra a descentralização apenas por causa do envelope financeiro, ele ia mais longe e assegurava que era contra por causa das atribuições e competências, assim como dos níveis de intervenção da tutela.

Declarou que se estava a descentralizar, centralizando, mas com o tempo fariam certamente a avaliação de todo este processo. Referiu que no seu entendimento quando tinham dado este período de transição era para que cada Município tivesse a capacidade de fazer a avaliação das implicações no seu território, mas pelos vistos, primeiro aceitavam e depois viam essa questão. Sublinhou não ser por acaso que a Comunidade Intermunicipal tinha remetido ao conjunto dos Municípios um formulário para responderem.

Disse não desejar telefonar a saber a quantidade de respostas que tinham tido, porque deveriam ser zero. Expôs estarem a falar de quinze Concelhos, que necessitavam da aprovação de quinze Assembleias Municipais sobre as suas competências, existindo duas que já tinham afirmado não aceitar e isso era um direito que tinham.

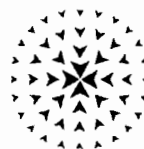
Relembrou a introdução feita pela senhora Presidente da Assembleia Municipal, Sandra Maria Sias Cardoso, que tinha referido o facto de esta situação ser gradual e poder voltar novamente. Deu o exemplo do enorme esforço feito pelo Governo da Nação sobre a questão do passe social, anunciando quantos milhões ia dar em relação aos transportes. Explicou que primeiro seria para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, depois por proposta feita pelo PCP na Assembleia da República, o Governo da Nação reforçou a verba dizendo que a questão da tarifa do transporte era para baixar em todo o território nacional.

Lembrou que como era do conhecimento de todos e até há bem pouco tempo, as entidades de transportes eram os Municípios por delegação do Instituto do Transporte. Esclareceu que no distrito de Portalegre os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Municípios tinham reunido, refletido e chegado à conclusão que teriam de se agregar, delegando na CIMAA e constituindo a mesma como entidade de transportes. O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, perguntou qual era o objetivo desta atitude. Respondeu que apenas poderia ser o de melhorar a oferta indo ao encontro do conjunto da globalidade dos Municípios, diminuir a afetação de recursos e melhorar as questões de transporte.

Completo que neste momento a CIMAA tinha um grande desafio às costas porque tinha de demonstrar como iria diminuir a tarifa no concelho do Crato, bem como nos restantes Concelhos. Concluiu dizendo que isto não era só anunciar. Falou também sobre a questão do lançamento dos concursos, da renegociação da energia em baixa, achando que poderia ser apenas um, quando lançaram três concursos. Garantiu não estar a discordar da reflexão feita pelo senhor Presidente da Câmara, sobre este conjunto de diplomas ou sobre a benevolência existente sobre todo este assunto, mas pensava que estes dois anos seriam para testar basicamente duas coisas que já ali tinham sido referidas.

Destacou as necessidades de recursos humanos e os impactos financeiros, porque depois da Câmara aceitar, quem pagava e de quem era a responsabilidade era da Autarquia. Frisou ter a informação de que o senhor Secretário de Estado, a pedido da CIMAA, tinha vindo explicar os diplomas, elucidando que os únicos com envelope financeiro associado e que implicavam a transferência de verbas da Administração Central para as Autarquias eram a Educação e a Saúde. Referiu que no setor da Cultura as transferências seriam protocolizadas, mas que isto não era novidade, porque há muito que se faziam protocolos na área da Cultura, assim como em outras áreas. Sobre a questão das Estradas disse não ter nada contra, mas ter em relação à batota feita há anos atrás.

Recordou as Câmaras que aceitaram a desclassificação de um conjunto de estradas e que só quando chegaram à conservação das mesmas perceberam de onde ia sair o dinheiro. Afirmou que estava perfeitamente de acordo com o desclassificar estradas dentro do tecido urbano, porque enquanto isto não aconteceu, muitas Autarquias e cidadãos viveram mal, sem terem passeios, sinalética e todo um conjunto de necessidades por serem necessárias infundáveis autorizações da antiga Junta Autónoma das Estradas para realizar qualquer intervenção nestas estradas.

Completo que através destes exemplos podiam concluir que existiam aqui questões que representavam lógicas diferenciadas. Esclareceu que as CIM's não eram eleitas, emanavam da vontade dos Municípios e



faziam aquilo que os mesmos lhes delegavam. Questionou qual era a tendência que estava em cima da mesa e respondeu: “aumentar, aumentar, aumentar e reforçar”.

Concluiu que isto ia ao encontro dos anti- regionalistas, que o poder intermédio eleito democraticamente era um bicho de sete cabeças e era um problema muito grave, porque podia haver alguém que quisesse proclamar a independência ou autoproclamar-se Presidente do Alentejo. Sublinhou que as CIM's começavam a ter um papel e que dentro de algum tempo teriam de ver como era esta situação.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, lembrou as palavras do senhor Presidente da Câmara, quando este disse que a Câmara e o seu executivo tinham aceiteado a delegação de competências. Garantiu que o seu grupo votaria contra e toda a gente sabia a fundamentação que tinham desde a primeira abordagem. Referiu que estas questões deviam ter sido muito mais esclarecidas desde que tinham vindo para os Municípios, que estes deviam saber muito mais sobre todo o processo e não apenas sobre o envelope financeiro. Afirmou que este seria sem a menor dúvida baralhado.

Assegurou que não dariam às Câmaras Municipais o reforço de verbas necessárias para o pessoal auxiliar das escolas e que estes também tinham o direito quando eram jovens, de serem pais, também tinham o direito à sua carreira remuneratória e à sua subida de carreira. Perguntou onde estava a avaliação desses custos. Perguntou também pelo mapa da cultura e disse que a transferência feita para o Distrito de Portalegre tinha sido ridícula.

Assegurou que estavam a confundir descentralização com responsabilização, porque em alguns sítios aquilo que foi entregue foi um património em estado lastimável, sem verba alocada para a sua conservação e reparação, mas que a partir desse momento, o Município a quem o tinham entregado, seria responsável por tudo.

Sublinhou que quando a CDU apresentava algumas reticências sobre a forma como estas questões estavam a ser feitas, era por poderem colocar em risco a situação financeira de alguns Municípios, já de si pouco famosas. Declarou concordar com a afirmação feita pelo senhor Presidente da Câmara quando este dizia que alguns Municípios estavam em perigo, acrescentando que esta situação tinha tido início com a extinção de Freguesias. Completou que quando olhavam para estas situações concluíam que a descentralização devia ser feita, mas com competências efetivas de tutela.



Concluiu afirmando que ainda teriam de ver a questão de em 2021 ser imposta a Transferência de Competências, pois caso alguma coisa corresse mal até essa data, caso as Câmaras se revoltassem, veríamos o resultado.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves, do PS**, referindo que este era sem dúvida alguma o maior processo de descentralização autárquico da democracia portuguesa. Frisou que também partilhava a opinião daquelas pessoas que consideravam o referido processo aquém do que deveria ser. Relembrou que apesar de já terem passado vinte anos, o referendo da regionalização tinha sido chumbado pela maioria das pessoas em Portugal, podendo dizer que tinha perdido, visto ter votado a favor.

Acrescentou não valer a pena estar a tentar recuperar neste momento, uma ideia da qual tinha saído como perdedor, porque a maioria das pessoas tinha sido contra. Completou declarando que democraticamente tinham de aceitar que na realidade a descentralização não estava aprovada, até à data, pela maioria dos portugueses. Informou ser sobre o diploma atual que tinham de falar, saber se era isto que desejavam ou se hipoteticamente pretendiam ficar como estavam, apesar de não ser isso que estava em discussão, pois tudo isto seria aprovado independentemente da opinião dos presentes.

Recordou que este Decreto estava aprovado não apenas por um acordo dos votos do PS com o PSD, que eram tão válidos como quando o Governo fazia acordos mais à esquerda. Afirmou que a validade de um acordo era igual à validade do outro e tinham democraticamente o mesmo valor. Frisou que este processo tinha sido feito em diálogo com as CIM's, com a Associação Nacional de Municípios, com a ANAFRE, cabendo agora às Câmaras Municipais decidirem se aceitavam ou não. Sobre a nossa Câmara Municipal, disse ser conveniente que aqueles que ali emitiam a sua opinião não ignorassem que em Reunião de Câmara, com todas as forças partidárias representadas, ninguém tinha votado contra esta situação.

Declarou partilhar por inteiro a opinião do senhor Presidente da Câmara, Joaquim Bernardo dos Santos Diogo, quando dizia aceitar desde já, todas estas competências e quando dizia que não devíamos ter medo da mudança, nem da responsabilidade, nem de correr estes riscos. Expôs estar de acordo com algumas preocupações ali manifestadas, mas achava ser inevitável e importante, aceitar. Sublinhou que para Municípios tão pequenos e dos quais até já se começava a duvidar da sua existência, seria vantajoso apanharem todas as competências que lhes fossem dadas para aumentarem a sua intervenção no trabalho

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

que desenvolviam. Concluiu manifestando serem a favor de todos estes diplomas que deviam ser exercidos pela Câmara Municipal.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, dizendo não estar em causa o valor de nenhum acordo ou de quem os fazia, mas historicamente isso não se apagava. Completou afirmando que se este acordo tinha sido celebrado entre o PSD e o Governo do PS, não se podia dizer outra coisa que não fosse esta. Garantiu não colocar em causa a legitimidade democrática daquilo que era acordado, quer fosse à direita ou à esquerda.

Elucidou que nos 38 anos em que representava esta Assembleia Municipal, tinha provas dadas de que qualquer proposta válida para o Concelho do Crato, era-lhe indiferente que viesse do CDS, do PPD ou de onde quer que fosse, porque votava naquilo que era comum, não olhando à base. Disse sobre o referendo da regionalização que no Alentejo até tinha ganho, mas o que contava era o todo nacional, não querendo dizer que mais tarde, com aperfeiçoamentos e tal como estava na Constituição da República Portuguesa, não se viessem a encontrar outras formas para essa mesma regionalização.

Afirmou que a posição das pessoas em cada momento também não era a mesma. Sublinhou que do debate se fazia luz e que cada um fazia o seu caminho, mas lembrava a todos os presentes que estava eleito na Assembleia Municipal do Crato e não na Câmara Municipal. Disse suspeitar que nem sempre estavam com atenção quando ali falavam, esclarecendo não ter telefonado para saber o resultado da votação na Reunião de Câmara. Afirmou que felizmente, dentro da CDU, também eram pluralistas e que nesta matéria tal como noutra (agregação) que já tinha ido à Assembleia, a Vereadora da CDU tinha votado de uma forma e os eleitos na Assembleia tinham votado de outra. Completou garantindo que desse modo tinha ficado clarinho para que não houvessem dúvidas, coisa que atualmente parecia estar a acontecer.

Declarou parecer estarem a surgir dúvidas de espanto pelo facto de irem votar contra, coisa que na Câmara não tinha acontecido. Reafirmou que votavam ao contrário daquilo que tinha sido votado na Câmara por parte da representante da CDU, onde a mesma se tinha absterido. Completou que esta posição era um direito da Vereadora da CDU e não admitiam discutir a posição dos membros CDU na Câmara e dos membros CDU na Assembleia, porque essas discutiam entre eles. Disse que achava bem existir toda esta convergência porque desse modo a deliberação tomada tinha mais força e pensava terem uma maturidade política e democrática tão grande, que quando começavam a intervir sabiam perfeitamente qual era a tendência e qual

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

era a argumentação de cada um. Garantiu que quando chegou não estava à espera que alguém o convencesse do contrário, pois sabia ao que vinha, sabia o que tinha sido discutido na CIMAA, sabia que duas Câmaras não tinham estado presentes nesta reunião (CIMAA) e que a unanimidade era em relação aos que se encontravam presentes.

O eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, solicitou ao senhor Presidente da Câmara para que este o corrigisse, caso estivesse a dizer alguma imprecisão. Acrescentou ter havido duas Câmaras que tinham votado contra, mas sublinhando que no seu trabalho se tinha habituado a ter a documentação que comprovava as suas declarações. Afirmou que estavam ali a discutir politicamente e que o senhor Presidente da Câmara já tinha colocado a posição do executivo municipal.

Esclareceu que os eleitos da Assembleia Municipal já tinham recebido a respetiva documentação, a senhora Presidente já tinha feito o enquadramento e da parte do grupo da CDU, a posição estava clara, não indo agarrar toda uma panóplia de questões que neste momento seria necessário discutir. Concluiu as suas declarações desejando que houvesse sucesso em algumas das questões colocadas nos diplomas.

Tomou a palavra o eleito **João Gonçalves**, do PS, dizendo que para concluir o seu raciocínio gostaria de acrescentar ter assistido a um debate onde o Secretário de Estado responsável por este processo, vincava a descentralização, fazendo declarações que deixavam alguma expectativa, ao dizer que isto era um processo evolutivo e um ponto de partida. Declarou que por estes motivos tinham de acreditar nos órgãos que nos representavam como as CIM's, a Associação Nacional de Municípios, a ANAFRE, as Câmaras Municipais e respetivas Assembleias. Teriam de acreditar que ao longo de todo o processo iriam pontualmente e perante situações objetivas, dar o contributo para que todo este processo evoluísse e se aperfeiçoasse. Terminou dizendo que, rejeitar à partida, todo este processo, pensava ser perigoso.

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, dizendo concordar com a questão da evolução e que a mesma se fazia em dois sentidos. Esclareceu que os mesmos eram: melhorando, aperfeiçoando e retirando de circulação aquilo que não fosse benéfico para o objetivo final, que neste caso concreto dizia respeito ao poder local e que era servir o conjunto de cidadãos. Sublinhou as palavras do eleito José Manuel Nunes Salvador Tribolet, do PSD, pois ficava com a impressão que algumas Autarquias já eram verdadeiros centros de negócio.



2. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 97/2018, 27 novembro – Praias**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 97/2018, 27 novembro – Praias**.

3. **Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 98/2018, 27 novembro - Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 98/2018, 27 novembro - Exploração das Modalidades Afins de Jogos de Fortuna ou Azar**.

4. **Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 99/2018, 28 novembro – Turismo**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 99/2018, 28 novembro – Turismo** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de voto)

5. **Apreciação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 100/2018, 28 novembro -Transportes Rodoviários –Vias de Comunicação**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 100/2018, 28 novembro -Transportes Rodoviários –Vias de Comunicação**.

6. **Apreciação e Votação**, sob proposta da Câmara Municipal, da **Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 101/2018, 29 novembro –Justiça**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 101/2018, 29 novembro –Justiça** à votação, a qual foi **aprovada** por **maioria**, a saber:

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires,



Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de voto)

7. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 102/2018, 29 novembro - Investimentos europeus e Captação de Investimento

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Transferência de Competências para a Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 102/2018, 29 novembro - Investimentos europeus e Captação de Investimento** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **15** (quinze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **4** (quatro) **votos contra**, a saber:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de voto)

8. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 103/2018, 29 novembro - Proteção Civil

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **Transferência de Competências para o Município do Crato e Entidade Intermunicipal, no âmbito do Decreto – Lei 103/2018, 29 novembro - Proteção Civil** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **15 (quinze) votos a favor**, a saber:

- **9 (nove) votos do Grupo do PS:** Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **6 (seis) votos do Grupo do PSD:** José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

b) **4 (quatro) votos contra**, a saber:

- **4 (quatro) votos do Grupo da CDU:** Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de declaração de voto)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO

ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

9. Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato e Freguesias, no âmbito do Decreto – Lei 104/2018, 28 novembro - Lojas do Cidadão e Espaços dos Cidadãos

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato e Freguesias, no âmbito do Decreto – Lei 104/2018, 28 novembro - Lojas do Cidadão e Espaços dos Cidadãos**.

10. Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 105/2018, 29 novembro – Habitação

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 105/2018, 29 novembro – Habitação**.

11. Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 106/2018, 29 novembro - Património Imobiliário Público Sem Utilização

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 106/2018, 29 novembro - Património Imobiliário Público Sem Utilização**.

12. Apreciação, sob proposta da Câmara Municipal, da Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 107/2018, 29 novembro - Estacionamento Público

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou a **Transferência de Competências para o Município do Crato, no âmbito do Decreto – Lei 107/2018, 29 novembro - Estacionamento Público**.



13. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª Revisão ao Orçamento de 2019

Tomou a palavra o eleito **Fernando Carmosino**, da CDU, para informar que o seu grupo votaria favoravelmente, apresentando declaração de voto. Afirmou que esta decisão tinha a ver com o facto desta Revisão ao Orçamento estar devidamente fundamentada e ir ao encontro da recomendação que também o seu grupo tinha apresentado.

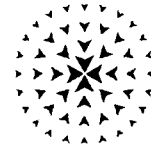
A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **1ª Revisão ao Orçamento de 2019** à votação, a qual foi **aprovada por maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de voto)

b) **6** (seis) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.



14. Apreciação e Votação, sob proposta da Câmara Municipal, da **1ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019**

A Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, colocou a **1ª Revisão às Grandes Opções do Plano de 2019** à votação, a qual foi **aprovada** por **maioria**, a saber:

a) **13** (treze) **votos a favor**, a saber:

- **9** (nove) **votos do Grupo do PS**: Sandra Maria Sias Cardoso, José da Silva Gonçalves, Céu Maria Alves Gonçalves Batista, Filipe Ricardo de Bastos Abreu, Francisco João Belo Farinha, Miguel Romão Caldeira Batista, Maria Natália Mimoso Alfaia de Andrade Castelinho, Presidente da União das Freguesias de Crato e Mártires, Flor da Rosa e Vale do Peso, Ana Izabel Carrilho Pitacas Antunes Merêces e Presidente da Junta de Freguesia de Gáfete, José Manuel Abreu Garcia.
- **4** (quatro) **votos do Grupo da CDU**: Fernando Carmosino Simões Bastos Silva, Ana Teresa Batista Correia Lopes Charneco, António Manuel Iria Matias e José Camilo do Rosário Videira. (com a apresentação de voto)

b) **6** (seis) **abstenções**, a saber:

- **6** (seis) **votos do Grupo do PSD**: José Manuel Nunes Salvador Tribolet, Francisco Maria Enes Oliveira Sampaio Soares, José Filipe da Conceição Carrilho, Eduarda Maria Subtil Pires, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Mata, Sérgio João Farinha Calado e Presidente da Junta de Freguesia de Monte da Pedra, Rui Miguel Subtil Pires.

PERÍODO CONCEDIDO AO PÚBLICO:

Não se registaram pedidos de intervenção do público.

De seguida a Assembleia Municipal deliberou **aprovar** a presente ata sob minuta por **unanimidade**.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CRATO
ATA N.º 1/2019, DE 30 DE JANEIRO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA



CRATO
Município

Por não haver mais assuntos a tratar, deu-se por **encerrada a sessão às vinte e três horas**. Arquivaram-se em pasta anexa, depois de assinados e rubricados, todos os documentos em discussão e lavrou-se a presente minuta de ata que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal, **Sandra Maria Sias Cardoso**, e por mim, **Cristina Isabel dos Santos Pereira** que a elaborei e subscrevi.

Sandra Maria Sias Cardoso
Cristina Isabel dos Santos Pereira